

LUISIANA GUIMARÃES

AS FEDERAÇÕES ESPORTIVAS PARANAENSES E O ESTADO

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Bacharelado em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná.

**CURITIBA
2006**

LUISIANA GUIMARÃES

AS FEDERAÇÕES ESPORTIVAS PARANAENSES E O ESTADO

Monografia apresentada como requisito para conclusão do Curso de Bacharelado em Educação Física, do Departamento de Educação Física, Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná.

ORIENTADOR: PROFº DRº FERNANDO MARINHO MEZZADRI.

Dedico a monografia ao meu pai e minha mãe,
que NUNCA mediram esforços para dar-me
o melhor em todos os sentidos, sempre apoiando-me
em tudo, com amor e amizade incondicionais.
Se hoje estou aqui, grande mérito é de vocês dois...

Muito obrigada por TUDO,
AMO MUITO VOCÊS!!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus primeiramente, por ter me inspirado e iluminado durante toda minha vida, com Seu amor, dando-me força em todos os meus caminhos.

À minha família que sempre apoiou e acompanhou-me em minha trajetória até aqui, ao meu pai, Luiz Iran, minha mãe, Elianai, meu irmão, Eliaquim, minha irmã Fabinha e todos meus outros parentes, cada um tem sua contribuição especial em minha vida, amo vocês.

Aos meus amigos da faculdade, que me acompanharam nesses 4 anos, que com certeza foram os melhores da minha vida: Pri, Ale, Mari, Ma, Fran, (as famosas Porpetonas e minhas queridas Cinco Amigas, parceiríssimas em viagens inesquecíveis), assim como o Robin, Wagão, Leo e Djuli. Amo muito vocês e sempre estarão em meu coração, sabem que sempre poderão contar comigo.

Aos idosos do Projeto Sem Fronteiras, que complementaram toda a minha formação acadêmica, profissional e pessoal. Todos estarão em meu coração sempre, muito obrigada, por todo o carinho.

Aos professores que me incentivaram e ensinaram-me muito do que sei na Educação Física, em especial à professora Rosecler (coordenadora do projeto Sem Fronteiras) e ao professor Fernando Mezzadri, meu orientador e amigo, que apesar de cheio de compromissos me auxiliou na elaboração desse estudo.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	v
LISTA DE TABELAS.....	vi
RESUMO.....	vii
1. INTRODUÇÃO.....	1.
1.1 PROBLEMA.....	5.
1.2 OBJETIVOS.....	5.
2. REVISÃO DE LITERATURA.....	6.
2.1 ESPORTE E CAMPO ESPORTIVO.....	6.
2.1.1 Campo Esportivo.....	7.
2.2 LEGISLAÇÃO DESPORTIVA BRASILEIRA.....	9.
2.2.1.Histórico Legislativo até a Constituição Brasileira e 1988.....	9.
2.2.2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	15.
2.2.3 Autonomia das Entidades Desportivas Dirigentes e Associações, quanto a sua Organização e Funcionamento.....	17.
2.2.4 Lei Zico/ Lei Pelé e a Autonomia das Entidades Administrativas do Desporto.....	18.
3. METODOLOGIA.....	23.
3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	23
3.2 INSTRUMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.....	23.
3.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.....	23.
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	25.
4.1 FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO PARANÁ (FAP).....	25.
4.2 FEDERAÇÃO PARANAENSE DE TRIATHLON (FPTri).....	30.
5. CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	35

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: NÚMERO DE CAMPEONATOS ORGANIZADOS NOS ANOS 2000 À 2006.....	25.
---	------------

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: COMPETIÇÕES REALIZADAS PELA FAP DE 2000 A 2006.....26.

TABELA 2: CONFEDERADOS DE TRIATHLON REPRESENTANDO O
PARANÁ.....32.

RESUMO

O setor esportivo brasileiro, durante anos (cerca de quatro décadas) apresentou-se sobre a tutela estatal. Somente a partir da Constituição Brasileira de 1988, e as Leis Zico (1993) e Pelé (1998), o setor esportivo conquista autonomia para realizar suas ações, incluindo as federações esportivas que adquirem autonomia administrativa e organizacional para desenvolver suas ações. Sendo assim, será que a Federação Paranaense de Triathlon e a Federação de Atletismo do Paraná (instituições privadas) têm exercido essa autonomia de fato, frente a presença do Estado? Este estudo teve como objetivo analisar e compreender como estruturam e organizam-se a Federação Paranaense de Triathlon (FPTri) e a Federação de Atletismo do Paraná (FAP), e identificar suas relações com o Estado. Caracteriza-se por uma pesquisa documental, os instrumentos de análises são a teoria do Campo Esportivo (BOURDIEU, 1983) e a Legislação Esportiva Brasileira. A coleta de dados na FAP foi através de materiais digitalizados apenas a partir de 2000, e na FPTri advindos de documentos históricos e sites a ela relacionados. Os resultados demonstram que a tutela estatal administrativa mantém-se com relação a FAP, seu principal patrocinador é a Caixa Econômica Federal (empresa do governo federal), e algumas instituições filiadas pertencem ao poder público, em se tratando dessa relação FPTri e Estado, os dados não nos permitiram analisar a autonomia exercida. Nos dois esportes é clara a relação de oferta e demanda. No triathlon, em virtude da federação desativada, competições são organizadas (por empresas privadas), já com relação ao atletismo, a federação tem realizado competições, sendo nos dois esportes é crescente o número de participantes e competições. A mercantilização e espetacularização nas modalidades também são visivelmente crescentes, dados os patrocínios e veiculações de competições, em meios de comunicação. Representam duas modalidades, que seguem suas próprias lógicas do mercado, inseridas em sua campo esportivo.

Palavras Chave: federação esportiva, autonomia e legislação esportiva.

1. INTRODUÇÃO

A partir do contato com uma federação esportiva no Paraná - a Federação Paranaense de Triathlon - notamos a dificuldade desta em manter-se, pois sendo uma instituição privada teria condições legais e autonomia para desenvolver, com facilidade, suas ações, promovendo assim o esporte no Estado. Porém, a realidade que a Federação esta enfrentando é muito diferente, com visível desestrutura e falta de recursos suficientes para realizar os eventos pertinentes.

Sendo assim realizamos uma pesquisa documental para analisar a autonomia das federações esportivas paranaenses. Pois através da formulação da Constituição Federal Brasileira de 1988, principalmente após a promulgação da Lei Zico (1993) e a Lei Pelé (1998), estas federações adquiriram autonomia legal e responsabilidade sobre os esportes a serem promovidos no Estado, sendo assim nosso grande questionamento é se esta autonomia tem sido exercida de fato pelas entidades.

Para contextualizarmos o tema proposto faremos um resgate histórico de como instituiu e o desenvolveu-se o sistema esportivo no Estado do Paraná.

A presença de clubes sociais e esportivos, no Estado do Paraná, teve início a partir do final do século XIX. O fortalecimento desses clubes no início do século XX e sendo formados por quatro diferentes grupos: os beneficentes operários; os compostos por imigrantes europeus, os ligados a entidades culturais e literárias e políticas; e por fim os que grupavam pessoas de alto poder aquisitivo (MEZZADRI, 2000).

Esta formação de clubes refletiu diretamente na prática esportiva, pois a cultura dos grupos que compunham os clubes era representada, através das atividades sociais e esportivas, que eram desenvolvidas nas instituições. Com os clubes cada vez mais desenvolvidos, ocorreu também a difusão e o aumento do número de modalidades esportivas, através de competições entre os clubes que realizavam atividades em comum, em suas sedes, um exemplo é o boliche, que era desenvolvido no Clube Germânia e no Clube Operário Beneficente Germânia e mesmo os dois tendo conformações divergentes, realizavam campeonatos entre seus associados, em função de praticar a atividade em comum (LAVASSE, 1996). Com tais estímulos era evidente o aumento do número de participantes nas competições esportivas que eram organizadas nos próprios clubes, permitindo assim a conformação da estrutura esportiva paranaense. Por tal crescimento foi se tornando cada vez mais evidente a necessidade de uma entidade que organizasse o esporte no Estado. Assim em 1932 foi fundada a Liga

Atlética Paranaense (LAP) ,que era formada por departamentos das modalidades que compunham-na. Através da LAP também foi possível o contato entre os clubes de imigrantes e as associações fundamentalmente esportivas, iniciando, assim, a rede de relações da sociedade civil. Desde então, os clubes, aos poucos, passaram de organizadores para apenas participantes nas competições organizadas pela Liga.

Então, a partir do fim da década de 30 até meados de 40, com a política nacional ditada pelo governo Getúlio Vargas¹, inicia-se uma nova fase do Estado. Na Era Vargas, como muitos denominam este período (1937-1945), ocorrem mudanças estruturais significativas na sociedade, na qual o Estado tornou-se cada vez mais presente nas ações da população. O objetivo dessa política era formar uma identidade nacional, sistematizando e regularizando as ações em varias áreas, das quais o esporte era uma delas. Com a efetivação do Decreto-Lei 3.199/41², o governo toma para si a responsabilidade com relação ao esporte. Assim, o governo estadual começa a interferir no desenvolvimento do esporte no estado do Paraná. O poder público se aliava aos clubes, auxiliando na manutenção destes, com apoios financeiros. Com isso, estas instituições, ficaram dependentes desses apoios. A fim de uma melhor organização e delimitação do Esporte, a partir desta lei, foi criado o Conselho Nacional de Desportos (CND). Este tinha o dever de fiscalizar as práticas e as entidades esportivas, também tinha o controle sobre os estatutos das federações e confederações nacionais e regionais. Neste contexto, em 9 de junho de 1943, nasce a Federação Paranaense Desportiva (FPD), que vem substituir a Liga Paranaense dos Esportes na organização do Esporte no Paraná, porém isso não ocorreu instantaneamente, ainda dependiam do auxílio dos clubes e das ligas esportivas pra organizar o sistema esportivo paranaense (MEZZADRI, 2000).

Na Década de 50 é proposta uma nova forma de administrar o Estado do Paraná, através de um projeto mais específico de desenvolvimento estatal, no qual o esporte era um dos componentes. Primeiramente, em 1950 é criado o Conselho Regional de Esporte (CRE), objetivando: fiscalizar, orientar e estimular as ligas e federações paranaenses (MEZZADRI, 2000). Através deste, o Estado poderia regular as ações da Federação Desportiva Paranaense. A Lei n.549, de 9 de janeiro de 1951, cria a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento do Ensino, da Secretaria da Educação e Cultura. A divisão em questão, era designada por orientar, dirigir e fiscalizar a

¹ Discurso de Getúlio Vargas aos trabalhadores de São Paulo, em 27 de julho de 1938.

² BRASIL. Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941.

Educação Física nos estabelecimentos públicos, além de difundir e incentivar a prática dos desportos educativos, prestando assistência técnica³. Assim a educação física e o esporte caminhavam para a mesma direção, proporcionando práticas esportivas de acordo com o interesse do governo.

Com a implementação do Conselho Regional de Esportes, os departamentos da Federação Desportiva Paranaense começaram a se desmembrar e formar federações esportivas específicas para o Estado, um exemplo disso é a Federação Paranaense de Basquete, que foi a primeira delas, em 1951, sendo que sua fundação somente foi possível pela liberação advinda da Confederação Brasileira de Basquetebol. Isso porque esse desmembramento não correspondia ao Decreto Lei, que pretendia a centralização do poder, e da estrutura esportiva.

A Federação Paranaense Desportiva (FDP) tinha muita dificuldade em organizar o Esporte, então o governo começou a incentivar a prática esportiva no Estado inteiro, surgindo os Jogos promovidos pelo Estado: Jogos Abertos do Paraná, os Jogos Escolares do Paraná, os Jogos Universitários e os Jogos Militares e Classistas. Com o intuito de estimular a prática e educação esportiva, decidiu-se a construção de praças de esportes principalmente das cidades onde funcionam estabelecimentos de ensino fundamental, colegial e superior⁴, assim o esporte poderia ser realizado não necessariamente pelos clubes e federações, mas em espaços públicos também.

No final da década de 60, o modelo esportivo proposto era o apoiado na formalidade, regras e técnicas específicas, com menor participação, em se comparando com a que existia nos clubes nas décadas anteriores. Sobre os princípios do regime militar foram propostas 3 categorias esportivas: esporte na escola, esporte como lazer e o esporte competitivo, isso para que o controle sobre a estrutura esportiva fosse fortalecido (MEZZADRI, 2000).

Até o final da década de 70, os mesmos princípios acima revelados, haviam permanecido, o governo continuava auxiliando financeiramente as instituições esportivas, mantendo um grau elevado de dependência desta com o Estado. Segundo a promulgação da Lei Federal n. 6.251/75⁵ e do Decreto-Lei n.80.228/77⁶, formaram a Política Nacional de Desenvolvimento da Educação Física e Desporto. Através desta

³ BRASIL. Lei n.549 de 9 de janeiro de 1951. Cria a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura.

política, torna-se responsabilidade da iniciativa privada desenvolver o esporte, porém sobre o controle e respaldo técnico do poder público era mantido. As confederações foram fundadas, para que tomassem a frente, promovendo o esporte a nível nacional, tudo isso com autonomia parcial de suas ações, pois afinal, o poder público, mantinha-se nos bastidores desse desenvolvimento.

Durante a década de 80, com a redemocratização brasileira, iniciou-se o processo que concedia maior autonomia dos indivíduos, perante o Estado. Esta autonomia, foi concretizada a partir da Constituição Federal de 1988⁷, que prevê às entidades esportivas autonomia com relação ao seu funcionamento e organização. Porém as entidades não conseguem de fato essa autonomia, o Estado mantém sua tutela perante o setor esportivo, mesmo com algumas restrições, provenientes a Lei. Neste sentido tornam-se necessários complementos para melhor regulamentar área esportiva, concretizando-se a partir da promulgação do Decreto n. 981/93, que posteriormente se transformou em Lei-Federal n. 8.672/93⁸, conhecida como Lei Zico.

Então, a partir da Lei Zico, ocorreram 4 principais mudanças. Primeiramente, o esporte passou a ser entendido como uma prática para melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. A segunda mudança foi a formação do indivíduo e não do caráter nacional. A terceira foi o lazer incluído de forma mais efetiva de integrar o indivíduo na sociedade e, por último, a descentralização do poder, assim seria a própria sociedade responsável pela organização e desenvolvimento do esporte. O Esporte de Rendimento fica sobre a responsabilidade das Federações especializadas e a Federação Universitária, com o apoio e incentivo do Estado.

Outra lei que favoreceu a maior independência das federações foi a Lei Pelé (1998)⁹, que entre outros objetivos, em seu Art 2º, do Capítulo X, tem como princípio a “descentralização, substanciada na organização e funcionamento harmônico de sistemas desportivos diferenciados e autônomos para os níveis federal, estadual e municipal”. Esses elementos objetivaram a sistematização dos clubes, das federações e ligas. Estas duas Leis delegaram autonomia suficiente para que as federações e ligas pudessem realizar suas atividades, organizando-se como instituições privadas.

Através desses pressupostos, podemos traçar grandes questionamentos dentre eles: Como a Federação Paranaense de Triathlon e a Federação de Atletismo do Paraná

estão organizadas e como se estruturam? Será que essas Federações continuam apoiando-se financeira e administrativamente no Estado? Como se estabelece esta relação - Estado e federação? Qual nível de autonomia essas federações tem obtido desde a Constituição de 1988 e das Leis Zico e Pelé?

1.1 PROBLEMA

Através das políticas vigentes, a partir da década de 40 até meados da década de 80, a organização do Esporte, tem-se concentrado essencialmente nas ações e controle do poder público perante todo o setor esportivo. Assim com a nova Constituição Federal de 1988 e a promulgação da Lei Zico e da Lei Pelé, as entidades de administração do desporto têm prevista a autonomia de direito, para desenvolver suas ações sem interferência do Estado. Tendo como pressuposto a autonomia garantida na Legislação Esportiva Brasileira, será que a Federação Paranaense de Triathlon e a Federação de Atletismo do Paraná sendo instituições privadas, têm exercido essa autonomia, frente a presença do Estado?

1.2 OBJETIVOS

- Analisar e compreender como se estruturam e se organizam as Federação Paranaense de Triathlon e a Federação de Atletismo do Paraná.
- Identificar como é a relação Estado e as federações.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 ESPORTE E O CAMPO ESPORTIVO

Em se tratando de instituições esportivas, torna-se indispensável entender a constituição dos Esportes de Modernos na sociedade e a teoria do Campo Esportivo, a partir das concepções de Pierre Bourdieu.

Par Bourdieu (1983, p.137), “a história do Esporte é uma historia relativamente autônoma que, mesmo estando articulada com os grandes acontecimentos da história econômica e política, tem suas próprias leis de evolução, suas próprias crises, em suma, sua própria cronologia”. Neste contexto o Esporte, apesar de influenciado por outros aspectos: sociais, econômicos e políticos, mantém sua história própria seguindo sua própria lógica, ao seu tempo.

Deste modo o autor não relaciona o surgimento do Esporte Moderno a uma determinada data, mas sim a partir do momento em que uma determinada pratica modifica a sua conformação recebendo significados, tornando-se Esporte definindo seus objetos de disputa, regras, qualidades social dos praticantes, participantes ou expectadores, pela lógica específica do campo (constituído por concorrência).

Bourdieu apud Marchi Jr (2001, p. 25), “as manifestações que compõem o fenômeno esportivo ocupam um espaço de práticas sociais chamado de campo, no qual se atribuem posições compatíveis com o capital social, econômico ou cultural de cada componente. No interior desse espaço, existem formas de disputa, lutas e concorrência na busca pela hegemonia de determinada prática, além da distinção social das pessoas envolvidas, conforme o seu potencial de poder simbólico”.

Mais especificamente em se tratando de esporte moderno, este se caracteriza como uma representação social, que esta inserida na formação da sociedade, respeitando a lógica do mercado existente na relação humana. A relação de oferta e procura, representa, para Bourdieu, a principal responsável pelo desenvolvimento das práticas esportivas, através da lógica mercantil. A oferta é a forma particular que reveste a prática e o consumo esportivo propostos a um dado momento do tempo, já a demanda seria a expectativa, os interesses e os valores dos praticantes potenciais sendo a evolução das práticas dos consumos reais, o resultado da confrontação e do ajustamento permanentes entre um e o outro (idem, 1983). Assim , o esporte é um produto que participa das leis do mercado e através dele a sociedade se define, demonstrando diferentes formas de intervenção e inserção social. Em todo esse processo, os esportes são conduzidos para a espetacularização e mercantilização.

Bourdieu(1983):comenta sobre essa espetacularização do esporte:

O Esporte, que nasceu dos jogos realmente populares, isto é, produzidos pelo povo, retornando ao povo, como *folk music*, sob forma de espetáculos produzidos para o povo. O esporte espetáculo apareceria mais, claramente como uma mercadoria de massa e a organização de espetáculos esportivos como um ramo entre outros do *show business*, se o valor coletivamente reconhecido à prática de esportes (principalmente depois que as competições esportivas se tornaram uma das medidas de força relativa das nações, ou seja, uma disputa política) não contribuísse para mascarar o divorcio entre a prática e o consumo e, ao mesmo tempo, as funções dos simples consumos passivos”. (p.144)

Nesse campo esportivo, no qual as modalidades estão inseridas, ocorre certa autonomia para que construa suas próprias leis de funcionamento, sua cronologia específica e seus objetos de disputa que irão refletir posições e estilos de vida. (MARCHI Jr,2001)

2.1.1 Campo Esportivo

Com relação ao campo esportivo, iremos definir inicialmente o campo, que pode ser conceituado como: o local, ou *locus*, onde se travam lutas individuais em torno de interesses específicos da área em questão. Dentro desse campo existe uma intensa luta de relações entre o novo, que deseja ser inserido e garantir seu espaço e o dominante que defende seu monopólio, desejando excluir a concorrência.

O campo é onde se “manifestam as relações de poder, e este se estrutura a partir de um *quantum* social, que determina a posição que um agente específico ocupa em seu seio.” (ORTIZ apud MARCHI, 2001). Para garantir o funcionamento de um campo é necessária a existência, além de objetos de interesse e de disputa, de pessoas que tenham *habitus*¹⁰ que irão identificar e legitimar as leis do “jogo” de relações que se formam.

A propriedade de cada modalidade esportiva é o resultado entre a relação do Espaço Esportivo e o Espaço Social, sendo assim os esportes não são fenômenos que se desenvolvem sozinho e se encontram isolados da sociedade, ele tanto faz parte desse universo, como está inserido em um sistema de prática e consumo, regidos por essa

¹⁰ *Habitus* esse é definido por Bourdieu (1996, p.42) como “um sistema de disposições adquiridas pela aprendizagem implícita ou explícita que funciona como um sistema de esquemas geradores, é gerador de estratégias que podem ser objetivamente afins aos interesses objetivos de seus autores sem terem sido expressamente concebidas para este fim” ¹⁰. Desta forma, o *habitus* é algo adquirido que com o tempo é encarnado no corpo, sendo ligado à história do indivíduo, representando assim um capital adquirido. O *habitus* é “uma espécie de senso pratico do que se deve fazer em dada situação – o que chamamos , no esporte , o sendo do jogo, arte de antecipar o futuro do jogo inscrito, em esboço, no estado atual do jogo”

lógica. Dessa forma, as práticas esportivas têm a relação de oferta e demanda. Para Bourdieu o Esporte Moderno, em nível das práticas e dos consumos, corresponde a “uma oferta destinada a encontrar uma certa demanda social” (GEBARA, 2002, p. 11), de forma que as relações de oferta(novos esportes, novos equipamentos, por exemplo) e demanda(dada pelas transformações dos estilos de vida) explicariam as transformações das práticas e dos consumos, no campo esportivo.

Dentro dessa lógica, é importante reconhecer em que posição determinada modalidade ocupa dentro do espaço dos esportes, ou campo. Existe um conjunto de indicadores, são eles: a distribuição dos praticantes segundo sua posição social; as diferentes federações; o número de praticantes, sua riqueza; as características sociais dos dirigentes; e o tipo de relação com o corpo que determinados esportes exigem (se é de contato ou de interposição da bola) (MARCHI Jr, 2001).

Dentro do campo esportivo se dão relações divergentes, afinal segundo Bourdieu, uma prática esportiva que, em sua definição teórica, intrínseca, sempre apresenta uma grande elasticidade, oferece uma grande disponibilidade para usos totalmente diferentes, até opostos, também pode mudar de sentido. (BOURDIEU, 1990)

Um fato relevante no campo esportivo seria a consolidação progressiva de profissionais na produção de bens, serviços e espetáculos esportivos, todos esses fenômenos são marcados pelos interesses específicos, concorrência e relações de força. Esses fatores têm trazido grande distanciamento entre o profissionalismo e o amadorismo, esporte espetáculo e esporte comum. Isto vem caracterizando a despossessão e o aspecto limitado de compreensão destinado ao público espectador e a evolução da prática e lógica do esporte pelos praticantes profissionais. (Id. Ib.,1990)

Campo esportivo se caracteriza por um espaço de lutas nas quais se disputam o “monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva” (BOURDIEU, 1983, p.142). Nesse contexto ocorrem as discussões entre o amadorismo e ao profissionalismo, o esporte-prática e o esporte espetáculo, o esporte distintivo (elite) e o esporte popular (de massa). Serão as instituições desportivas que garantirão a legitimidade e representatividade de instituição, no campo esportivo. (MARCHI Jr, 2002)

2.2 LEGISLAÇÃO DESPORTIVA BRASILEIRA

Para melhor entendermos as transformações existentes na área esportiva, torna-se essencial que tomemos conhecimento da legislação desportiva brasileira, desde a

trajetória histórica até a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a promulgação de duas Leis : Zico(1993) e Pelé(1998).

2.2.1 Histórico Legislativo até a Constituição Brasileira de 1988.

A legislação brasileira nem sempre esteve interligada ao esporte, até final da década de 30 não contemplava a área esportiva em suas leis vigentes, assim, segundo Lyra Filho apud Melo Filho (1995, p.119), mais especificamente a partir do Decreto n. 1.056, de 19 de janeiro de 1939 foi criada a Comissão Nacional de Desporto (CND), esta tinha por objetivo discutir os problemas nacionais relacionados ao desporto e formular a regulamentação do mesmo.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil enfrentava o regime ditatorial, com um padrão de intervenção autoritário, centralizado, burocrático que pretendia consolidar e preservar o seu poder, intervindo em diversos aparelhos sociais (VERONEZ, 2005p.170), no qual o esporte estava inserido. Este modelo objetivava o controle do Estado perante todo o setor esportivo, em todas as suas áreas de atuação, com o intuito de promoção e auxílio às instituições esportivas, dando-lhes subsídios para que desenvolvessem as atividades, organizando e disciplinando-as. Teriam assim o controle sobre as ações, no qual poderiam inibir ou até mesmo eliminando ações que atentassem contra a segurança interna e externa destas associações esportivas. Com o intuito de atender a esses anseios estatais é promulgada a primeira Lei orgânica de esporte no Brasil (MANHAES apud VERONEZ, 2005, p.174): o Decreto-lei n. 3.199, em 14 de abril de 1941, que seria responsável por “orientar, fiscalizar e incentivar a prática de desportos no país” (BRASIL, 1941).

O Decreto-lei n. 3.199/41,

“... nos 61 dispositivos, cuidou dos mais variados aspectos, traçando o plano de sua estruturação, regulamentando as competições desportivas, adotando medidas de proteção, consagrando o princípio de que as associações desportivas exerciam atividades de caráter cívico, dispondo sobre a adoção de regras internacionais, proibindo (...) lucros, impondo (...) a atenção dos esportes amadores às associações que mantivessem o profissionalismo, de modo a evitar o efeito desportivo predatório”. (MELO FILHO 1995, p.26)

Para tais intervenções estatais foi criado o Conselho Nacional de Desporto e os Conselhos Regionais, que vigiariam as ações esportivas a nível federal, estadual e municipal.

Este Decreto-lei padronizou as ações esportivas nacionais, obrigando todas as confederações e federações esportivas adequarem-se às regras e federações internacionais. Segundo Veronez (2005 p.201), alguns esportes se encontravam organizados, seguindo as regras e participando de competições internacionais, sendo assim a esfera esportiva já estava de certo modo integrada a vida cotidiana brasileira. A partir disto torna-se visível o crescente interesse do Estado em iniciar certa intervenção perante a este setor.

Em seu Art.48, define algumas diretrizes as entidades esportivas: “a entidade desportiva exerce uma função de caráter patriótico. É proibida a organização e o funcionamento de entidades desportivas de que resulte lucro para os que dela empreguem capitais sob qualquer forma” (BRASIL, 1941). Reforçando assim as raízes fundamentais desta época de nacionalismo e patriotismo e mantendo sobre a tutela estatal toda instituição desportiva.

Neste mesmo ano ocorreu o Decreto n. 3.617, de setembro de 1941, o qual tem o intuito de organização desportiva universitária através da criação da Conferência Brasileira de Desportos Universitários. Esta seria composta pelas Federações Atlético-Universitárias presentes em universidades e associações atléticas acadêmicas. Outras modificações ao decreto ocorreram¹¹ a partir de sua promulgação, ações que vinham ao encontro das necessidades e dificuldades encontradas em sua concretização.

O Estado intervinha no setor esportivo com mais vigor, por meio de decretos, concedendo isenções fiscais às entidades esportivas, sendo esta a principal forma de financiamento esportivo¹². As ações no campo esportivo eram coordenadas pelo CND (desde o Decreto nº 9.267, 1942), na qual as confederações seriam executantes das decisões apresentadas por esta instituição. (VERONEZ, 2005 p. 203).

Nesse período (Era Vargas - Estado Novo), o esporte seria utilizado como meio para que a sociedade brasileira alcançasse harmonia e ordem social, organizando o espaço e tempo dos trabalhadores com o discurso disciplinador, nacionalista, cívico e moral.

¹¹ Segundo Veronez (2005, p.174 e175), O decreto sofreu alguns ajustes “Decreto n.º9.267, de 16 de abril de 1942, que “aprova o regimento do Conselho Nacional de Desportos” (BRASIL, 1942a), e pelos Decretos-Lei n.ºs 5.342, de 25 de março de 1943, que “dispõe sobre a competência do Conselho Nacional de Desportos e a disciplina das atividades desportivas, e dá outras providências” (BRASIL, 1943b), e 7.674, de 25 de junho de 1945, que “dispõe sobre a administração das entidades desportivas, especialmente sob o ponto de vista financeiro, e estabelece medidas de proteção financeira aos desportos” (BRASIL, 1945c). O CND sofreria, ainda, uma alteração na sua composição determinada pelo Decreto-Lei n.º9.875, de 16 de setembro de 1946.”

¹² Este financiamento até ao início da década de 1970, principalmente no esporte de rendimento, VERONEZ, 2005.

O período posterior a este foi marcado por intensas mudanças e conflitos políticos, pretendia conter as correntes comunistas que estavam se tornando fortes no Brasil, além de conter também a classe trabalhadora que estava se mobilizando a fim de reivindicar seus direitos trabalhistas e sociais.

Assim em 18 de março de 1964 é promulgado o Decreto nº53. 741, no qual a Educação Física e o Desporto tornam-se áreas mais próximas, através do Plano Diretor de Educação Física e dos Desportos. As ações por eles traçadas pretendiam estimular a prática esportiva em toda a população, desde os jovens estudantes, trabalhadores rurais à industriais, para que pudessem "... se aperfeiçoar sem outras restrições que não sejam a capacidade e a aptidão individuais." (BRASIL, 1964).

O Plano Diretor de Educação Física e dos Desportos seria executado pela Divisão de Educação Física (DEF) e o CND iria incentivar junto às entidades esportivas a Campanha Nacional de Educação Física. O DEF e O CND trabalhariam em conjunto, a fim de promover a prática esportiva em todo o país.

O Governo Federal vinha incentivando constantemente o desporto confederado, isso se torna visível pelo considerável aumento do número de entidades esportivas, além da própria relação interna do setor esportivo e entre esse e o Estado. A tutela estatal se mantém no interior esportivo e compreende desde o reconhecimento de confederações e outras instituições esportivas, até o próprio funcionamento e administração internos das mesmas, criando um sistema extremamente hierarquizado. O sistema do desporto confederado tornaria mais efetiva a intervenção estatal imposta, na qual o CND seria o principal fiscalizador das ações dessas instituições.

Então em abril de 1964, com o advento do Regime Militar, o Poder Estatal tornava-se mais presente na sociedade brasileira, com ações que convergiam para o controle e centralização em todos os setores, dentre eles o esportivo. Segundo Veronez (2005), a intervenção que ocorria no setor esportivo representava a incorporação e continuidade do planejamento e ações que haviam sido iniciadas no fim do período anterior, porém prevalecendo um estilo tecnocrata.

A Constituição Brasileira promulgada em 24 de janeiro de 1967, foi a primeira que dedicou espaço as duas áreas: Educação Física e Desporto, em virtude de uma solicitação realizada pelo CND ao Ministro da Justiça, porém a conquista ainda era insuficiente (PARENTE FILHO, 1989 p.17). A DEF (Diretoria da Educação Física) foi grande responsável por essa aproximação dos conceitos de educação física com o

esporte, admitindo competições com substituições das sessões de educação física (BETTI apud VERONEZ, 2005 p.253).

Durante o governo do General Costa e Silva, a fim de tornar mais regular os recursos destinados ao setor esportivo, possibilitando que o desenvolvimento de ações a longo prazo, em 27 de maio de 1969, através do Decreto-lei n. 594/1969, foi criada a Loteria Esportiva Federal, pela qual toda a renda líquida seria destinada a ações com caráter assistencial, educacional e de aprimoramento físico. Dos recursos que fossem arrecadados 30% seriam destinados a atividades esportivas e programas de educação física. Esta Lei demonstra o interesse estatal e desenvolver o esporte em grande escala e a longo prazo, incentivando ações através de recursos financeiros mais regulares e efetivos.

Neste mesmo período, porém no início do mês de maio de 1969, a DEF em parceria com o Ministério do Planejamento realiza a elaboração de um diagnóstico da educação física e dos desportos para o país, o qual é publicado somente em 1971. “Um conjunto de medidas paralelas ao diagnóstico foi sendo implementado para “aperfeiçoamento do setor”, como a criação do Departamento de Educação Física e Desportos (DED), o disciplinamento dos usos de recursos federais e a obrigatoriedade da prática de Educação Física e desportos em níveis de ensino” (BRASIL 1971 apud VERONEZ, 2005, p.236).

Uma das medidas tomadas, foi com relação ao recurso financeiro que anteriormente era destinados diretamente as entidades esportivas e começam a ser repassados, de maneira centralizada na proporção de: um terço para o CND e dois terços para o DED, tais instituições utilizariam os recursos para o desenvolvimento das políticas do próprio governo.

O CND e o DED também começariam a desenvolver ações em conjunto, segundo Linhales apud Veronez (2005, p.239), por dois motivos: primeiro para conter a autonomia que vinha ganhando força no setor esportivo e segundo com o intuito de implementar o projeto de subordinação da educação física escolar ao sistema esportivo.

Durante o governo do General Ernesto Geisel (a partir de 1974) que ocorreram grandes modificações na estrutura do setor esportivo, segundo Veronez (2005) esse governo seria influenciado uma crise internacional de 1973 e pelo crescimento do movimento de oposição ao regime militar. Assim no setor esportivo, as ações começam a contemplar também as classes populares e o esporte é visado num âmbito mais social.

Neste período, a fim de compreender melhor o desenvolvimento do setor esportivo em âmbito nacional, é realizado o II PND (Plano Diretor de Educação Física e Desportos), este deu subsídios para que a Lei 6.251/1975 fosse promulgada, sendo esta efetivada somente pelo Decreto nº.80.228/1977. Esta Lei acompanhada também da Política Nacional de Educação Física e Desportos e o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED, 1975-1979)

De acordo com Pimentel (2005, p. 5) “... entre 1941 e 1975 esse Decreto-lei (*Decreto-lei n. 3.199, em 14 de abril de 1941*) foi complementado por outros atos normativos e por duas centenas de Deliberações do CND, tendo sido revogado futuramente pela Lei nº 6.251 de agosto de 1975 que instituiu o Sistema Desportivo Nacional...” esta integraria os órgãos públicos e todos os interessados pelo desenvolvimento do esporte, desde as entidades privadas até os que coordenavam as atividades esportivas, além de designar ao Poder Executivo a função de determinar a política nacional sobre a Educação Física e Esportes. As ações possibilitariam a adequação do Esporte às reivindicações do Estado.

O Plano Nacional de Educação Física e Desportos foi adequado conforme o modelo de gestão(com princípios liberais) que seria adotado naquele período, no qual o setor esportivo seria um sistema misto que procurava compatibilizar as ações do governo e conjunto com a iniciativa privada (BRASIL, 1976). Assim o esporte seria incentivado pelos dois âmbitos, Público e Privado.

O PNED objetivava o incentivo à prática de atividades físicas, desportivas e recreativas, pelo maior número de brasileiros (BRASIL, 1975a, p.58), tendo como prioridade a educação Física e o desporto estudantil, o desporto de massa e desporto de alto nível.

Estas ações reafirmavam tutela estatal cada vez mais visível através do Decreto lei n. 6.251/75 que concentrava no CDN as funções legislativas, executivas e judicantes, atribuía a este órgão todas as ações, intervenções e controle do desporto no Brasil. Silva & Schimitt (1997, p. 28), afirmam que a lei tinha caráter discriminatório, centralizador, um hábil instrumento de alienação, criado para preservar interesses pessoais e de grupos.

Com certeza essa Lei (1975), vinha de encontro a anseios políticos e sociais do período pelo qual o Brasil estava enfrentando, porém considero um importante passo realizado na Constituição Brasileira, no qual o Esporte seria incentivado em todos os níveis sociais, tornando-o mais acessível à população.

No ano 1978, é criada a Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED), através do Decreto nº 81.454/1978 (BRASIL, 1978) esta tinha a finalidade bem definida:

Art. 21 – A Secretaria de Educação Física e Desportos tem por finalidade planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento da educação física e dos desportos no País, em consonância com as diretrizes definidas pela Política Nacional de Educação Física e Desportos; prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva às unidades federadas e às instituições particulares de ensino, bem como às entidades nacionais dirigentes do desporto; zelar pelo cumprimento da legislação federal pertinente. (BRASIL, 1978)

Todo esse processo é comentado por Melo Filho (1995, p.32):

“... foi-se intensificando a participação do Estado nas atividades desportivas. Contudo, a estatização do desporto, só admissível em países totalitários, transfundiu-se no Brasil, com o passar do tempo, em estatização velada, sub-reptícia, de certa forma imperceptível, mas tremendamente atuante, agindo como se fosse um polvo, a estender seus tentáculos restritivos da liberdade de associações, interferindo até na economia interna das entidades desportivas, tirando-lhes a autonomia.”

Veronez (2005, p.233), também complementa:

“Nos 21 anos em que perdurou o regime de ditadura militar no Brasil (1964-1985), o setor esportivo foi influenciado sobremaneira pela ideologia e interesses militares. Talvez tenha sido o período em que de forma mais ostensiva esse setor sofreu o aparelhamento e a instrumentalização a favor da sustentação de um projeto de sociedade e de legitimação da hegemonia dos grupos que se instalaram no poder.”

Através das visões desses autores podemos ter um parâmetro geral de como o esporte, que já tinha uma história marcada pela tutela estatal durante os anos que antecederam a ditadura militar (desde a Era Vargas), sofreu influências intensamente políticas e econômicas que moldaram sua conformação a fim de atender a interesses estatais.

Desde o governo de Geisel o regime militar se encontrava em crise, sofrendo influência dos movimentos de resistência ao sistema então vigente, iniciando uma abertura política, culminado na queda da ditadura e início da Nova República (1985).

Este novo período, democrático, de acordo com Tubino apud Veronez (2005, p.255) “com o início da Nova Republica [...], novos métodos teriam de ocorrer em toda

a sociedade brasileira em todas as áreas, inclusive na do esporte”. Isso possibilitou que muitos debates iniciassem naquele momento, com discursos ideológicos, o que reflete até hoje em nosso meio. Neste período intensificaram-se as discussões acadêmicas também, sobre a realidade esportiva no Brasil, com relação a profissionais, através da criação da Federação Brasileira de Associações de Professores de Educação Física (com congressos realizados por esta) e Estudantes com surgimento do movimento estudantil de educação Física, marcado por encontros nacionais de estudantes de Educação Física (ENEFF's).

De acordo com Canan apud Veronez (2005, p.266), “em 1985 foi proibida a utilização de recursos repassados pelo governo para a manutenção das entidades esportivas, conforme previa a Portaria Ministerial nº 648, de 4 de dezembro de 1981, que autorizava a utilização de 30% dos recursos para tal fim. Porém, diz ainda a autora, nos anos de 1986, 1987 e 1988 essa diretriz foi gradualmente alterada, voltando o atendimento político e paternalista do governo em relação às entidades esportivas”. Assim a tutela estatal era mantida, tendo as entidades esportivas sobre seu domínio, a mercê de seus interesses.

2.2.2 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

A Constituição Brasileira de 1988 proporcionou mudanças institucionais que vinham de encontro a movimentos que se fortaleciam desde o fim da década de 1970, contrários à política ditatorial característica ao regime militar. Esta Constituição pretendia reformular a política nacional para cada setor. Segundo Michiles et al. apud Veronez (2005, p.268) uma das características mais marcantes da Constituição de 1988 foi o alto nível de participação da sociedade na sua elaboração. A população percebe neste momento que não adiantaria eleger os políticos que iriam desenvolver a Constituição, os próprios interessados deveriam auxiliar no desenvolvimento da Lei Maior, afinal, esta influenciaria os diferentes setores da sociedade, afetando-os diretamente.

Assim coube aos dirigentes de entidades esportivas institucionalizadas, tanto privadas como públicas, propor e encaminhar sugestões para o desenvolvimento do artigo específico destinado ao Esporte, na Constituição. Resultando no referido abaixo, no Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto:

Seção III DO DESPORTO

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º - O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º - A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º - O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Como as políticas nacionais continham um teor redemocratizante, com o desporto não poderia ser diferente. Através da constituição torna-se um dever estatal proporcionar práticas esportivas aos cidadãos brasileiros assim como um direito desses ao acesso a estas práticas. Melo Filho (1989, p, 39 e 40) reforça a importância da integração do desporto na Constituição Brasileira de 1988 “... o desporto á uma atividade fundamentalíssima da Sociedade e um patrimônio vivo dos homens, enriquecendo-lhes a *mens sana in corpore sano* e “Igualizando-os” segundo o ideal da democracia”, ainda afirma que “O desporto fascina o público pelo que veicula de igualdade e possibilidades de exercer escolhas - de exercitar a liberdade”.Melo Filho afirma que no momento da prática esportiva não importa qual o nível social ou econômico, todos são iguais perante a atividade, sendo um ambiente democrático.

O esporte a partir de então é encarado como “direito de todos”, democratizado, assim, Veronez (2005, p.283), contrapondo a posição de Melo Filho (1989) comenta que “a concepção minimalista de democratização do setor desportivo mantinha-se hegemônica” desde os anos que antecederam a promulgação a Constituição e de acordo com o autor, até o período em que seu estudo estava sendo realizado.

Dentro de todos estes princípios incutidos no Art nº217, o principal objetivo era o de desestatização das entidades esportivas, garantindo a liberdade ou autonomia de organização e funcionamento próprios.

2.2.3 Autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento.

Para Melo Filho (1995, p 49) esta autonomia atribuída às entidades desportivas não seria um fim em si mesma, mas sim dotaria a estas de instrumentos legais que facilitariam a organização e funcionamento das mesmas com maior dinamicidade, a partir das metas e objetivos traçados pela própria instituição. Assim as entidades não necessitariam seguir padrões para organizarem-se internamente, estando “livres” para atribuir ações de acordo com suas reais necessidades, cumprindo assim sua própria dinâmica de funcionamento, afinal cada região e modalidade apresenta peculiaridades e propósitos diversos, seria uma “carta de alforria” a estas instituições.

Esta “carta de alforria” afastaria das entidades desportivas a intromissão estatal nas questões administrativas internas das mesmas, afinal esta prática seria incompatível com o novo regime que estava sendo implantado, o Democrático. Segundo Saibro (2002, p.308) “O ditame constitucional que conferiu autonomia de organização e funcionamento às entidades desportivas dirigentes e associações (art217, I, CF), (...) foi saudado pelo País como promissor princípio capaz de modernizar e democratizar as relações e práticas desportivas.” Após anos de tutela estatal sobre todas as atividades sociais da população brasileira, a nova constituição apresentou uma visão renovada na conceitualização do fenômeno esportivo.

Complementando Pinto Ferreira apud Melo Filho (1995, p 70) afirma que “o princípio constitucional da autonomia das entidades desportivas se apresenta com o seguinte perfil: 1- poder de auto – regulação de seus destinamentos; 2 – livre critério na escolha de seus dirigentes mediante processo democrático; 3 – utilização de recursos e realização direcionada de seus interesses”, reafirmando todas as colocações acima.

Porém esta autonomia não deve ser pensada, como liberdade plena de ações, Melo Filho (1995) adverte que:

“Autonomia não quer dizer anarquia inexistência de normas, nem significa independência e insubordinação às normas gerais fixadas na legislação desportiva e indispensáveis àquele mínimo de coerência reclamado pelo próprio sistema desportivo nacional, sob pena de trazer nefastas conseqüências para o desporto brasileiro.”(p.48)

Schmitt apud Veronez (2005, p.284): também comenta sobre a autonomia que não pode ser interpretada como independência, e muito menos como soberania. Sendo assim:

“a autonomia desportiva interpretada dessa forma redundaria em efeitos perversos que preservam o interesse exclusivo e protecionista das entidades de prática e de administração do esporte [...], em detrimento dos interesses técnicos, de *performance*, de consumo, comerciais, institucionais e de todo o corpo social”

Com relação a isto, o repórter Humberto Martins Pereira (1988) expõe a autonomia nesta perspectiva segundo Manuel Tubino “este item, (*art217, I, CF*), quebra a tutela estatal, sem confundir com independência, porque o fato esportivo está num conjunto de relações. Entretanto, aproxima-se do conceito de liberdade, criando condições para que os segmentos desportivos possam constituir-se em sujeitos de sua própria história.” MELO FILHO (1989, p. 155) ainda afirma que a autonomia, no plano sociológico, “não é dada naturalmente, nem é adquirida por normas legais, mas é objeto de conquista permanente e cotidiana.”.

O mesmo autor ainda salienta que a autonomia concedida às entidades esportivas, mesmo reduzindo “... em muito as possibilidades da ação estatal em relação às entidades, não impediu que o Estado continuasse intervindo no setor, conforme ocorria desde 1941”. Aqui é visível as contradições sobre a existência da autonomia de fato ou apenas de direito. A partir de então se torna clara necessidade de outras leis que melhor regulamentem o esporte e suas entidades esportivas, o que somente ocorre em 1993, através da Lei Zico.

2.2.4 Lei Zico/ Lei Pelé e a Autonomia das Entidades Administrativas do Desporto.

Com a promulgação da Constituição Brasileira em 1988, muitas questões relativas ao Esporte ficaram pendentes, sem considerar as complexidades relativas à área, sendo necessária a formulação de uma nova Lei que complementasse a Constituição vigente, através da evolução de princípios e conceitos, em consequência do objetivo modernizante de um grupo de dirigentes.

Assim, no dia 6 de julho de 1993 foi aprovada a Lei n.8.672¹³, mais conhecida como Lei Zico. Esta, como descrito na mesma, “institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências.” Seguindo os princípios democráticos, no qual os segmentos desportivos puderam opinar e participar, possibilitando que os princípios autoritários, que regiam o esporte, começassem a ser modificados.

Nesta lei, através do Sistema Federal do Desporto foi criado, objetivado e composto pelos seguintes órgãos, descritos abaixo:

SEÇÃO III

DO SISTEMA FEDERAL DO DESPORTO

Art. 7º O Sistema Federal do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento.

Parágrafo único. O Sistema Federal do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, da administração, da normatização, do apoio e da prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente:

I - o Comitê Olímpico Brasileiro;

II - as entidades federais de administração do desporto;

III - as entidades de prática do desporto filiadas àquelas referidas no inciso anterior.

O Sistema Federal do Desporto era composto principalmente por estas instituições: o Comitê Olímpico Brasileiro (COB), as entidades de federais de administração do desporto, ou seja, as confederações desportivas, na qual estão incluídas as entidades regionais administrativas do desporto, as federações esportivas, e por fim as entidades da prática do desporto, que seriam os clubes esportivos, que seriam filiados às entidades administrativas do desporto.

Na seção III, Do Sistema Federal do Desporto, no Art. 9º, são apontados os direcionamentos das entidades de administração do desporto:

Art. 9º As entidades federais de administração do desporto são pessoas jurídicas de direito privado, com organização e funcionamento autônomos, e terão as competências definidas em seus estatutos.

§1º As entidades federais de administração do desporto filiarão, nos termos dos seus estatutos, tanto entidades estaduais de administração quanto entidades de prática desportiva.

§ 2º É facultada a filiação direta de atletas nos termos previstos no estatuto da respectiva entidade.

¹³ BRASIL. Lei n.8.672, de 6 de julho de 1993.

No início do artigo é retomado o princípio de autonomia organizacional e funcional das entidades (federações e confederações esportivas), reafirmando o que é proposto na Constituição Federal Brasileira, em seu Art. 217, o qual foi abordado no capítulo anterior.

Neste mesmo artigo são apontados alguns direcionamentos acerca das federações esportivas, que seriam as entidades regionais, ou estaduais de administração esportiva, assim como os clubes desportivos (entidades de prática desportiva), que devem ser filiados as entidades federais, as confederações esportivas. Os atletas teriam a filiação direta facultativa, às entidades citadas acima.

No Capítulo VII, da Ordem Desportiva:

CAPÍTULO VII

DA ORDEM DESPORTIVA

Art. 30. No âmbito de suas atribuições, cada entidade de administração do desporto tem competência para decidir, de ofício ou quando lhe forem submetidas pela parte interessada, as questões relativas ao cumprimento das normas e regras desportivas.

Art. 31. É vedado às entidades federais de administração do desporto intervir na organização e funcionamento de suas filiadas.

Este capítulo trás algumas atribuições às entidades administrativas do desporto, na qual teria o direito de coordenar o desenvolvimento de sua modalidade através das normas e regras desportivas. Apesar de ter este papel perante suas filiadas, as confederações não poderiam interferir no funcionamento e na organização dos clubes e federações que estivessem a ela vinculados.

As federações e clubes teriam também autonomia para determinar seus símbolos e nomenclaturas, como descrito no Capítulo X, das Disposições Gerais, Art. 55:

Art. 55. A denominação e os símbolos de entidades de administração do desporto ou de prática desportiva são de propriedade exclusiva dessas entidades, contando com proteção legal válida para todo o território nacional, por tempo indeterminado, sem necessidade de registro ou averbação no órgão competente.

Parágrafo único. A garantia legal outorgada às entidades neste artigo permite-lhes o uso comercial de sua denominação e de seus símbolos.

A partir destes recortes é visível o nível elevado de autonomia adquirido pelas federações, que seriam pessoas jurídicas de direito privado, regidas pelos seus próprios estatutos, e com o direito de organização e funcionamento próprio, sem interferência das entidades federais esportivas, ou seja, as Confederações. Estas confederações deveriam coordenar seus filiados (clubes ou federações), porém sem o direito de intervir nas ações, das federações esportivas.

Então com o surgimento dessa lei as ações no setor esportivo começam a ser mais delineadas, porém em sua totalidade não foram cumpridas.

Nesse contexto, Silva e Schimitt (1997, p. 38), apontam os princípios incorporados a Lei Zico, “..., contemporânea de idéias e incentivadora de autonomia, da democratização, da soberania, liberdade, direito social, qualidade, descentralização.”. Assim com esses preceitos o desporto estaria avançando a passos largos para uma significativa melhora, e uma maior participação popular, porém, os mesmos autores afirmam que esta Lei infelizmente não geraram evolução nem esta participação popular, “... tornando-se letras mortas” (Idem, p.39).

Para Veronez (2005, p.301) esta lei vem ao encontro de interesses políticos e econômicos, voltados à privatização de setores públicos (seguindo a tendência política vigente), o autor salienta que “É evidente o foco da lei na questão de liberalização do setor esportivo e do desatrelamento das entidades esportivas do Estado. A lei tomou o cuidado de assegurar que essas entidades tivessem reconhecido o seu estatuto de pessoa jurídica de direito privado”. Ainda complementa afirmando que a Lei Zico pretende atender uma fração privada do setor esportivo destinando recursos financeiros, implementando um processo de privatização do público, ampliando os recursos para essas entidades e seus eventos. A principal crítica do autor é em virtude dos recursos serem em grande parte voltados para as entidades privadas (clubes e federações) e o esporte, que é considerado um direito social na Constituição de 1988 sendo deixado de lado, sendo assim o esporte educacional e de participação¹⁴ estariam sendo deixados de lado.

¹⁴ Tubino apud Mezzadri (2000) define como **esporte-participação**, visando o bem - estar para todas as pessoas, praticada voluntariamente e com conexões com movimentos de educação permanente e com saúde; **esporte-educação**, com objetivos claros de formação, norteadora por princípios sócio-educativos, preparando seus praticantes para a cidadania e para o lazer.¹⁴

Então com a necessidade de aperfeiçoar a Lei Zico, surge em 24 de março de 1998, Lei nº 9.615, ou mais conhecida como Lei Pelé, que seria em outras palavras a Lei Zico reformulada.

Com relação às entidades esportivas, ocorre uma mudança na nomenclatura, ao invés de serem denominadas como entidades federais de administração do desporto, seriam entidades nacionais de administração do desporto, porém suas atribuições são as mesmas.

Uma grande modificação seria a possível criação de ligas esportivas, organizadas pelos clubes, que estariam incluídas no Sistema Nacional do Desporto. Estas ligas seriam autônomas, porém é obrigatória comunicação, à entidade nacional administrativa, de sua criação, porém não é obrigatório que se filiem a mesma.

Os clubes teriam suas ações legalizadas pelas entidades administrativas do desporto, e estas seriam fiscalizadas pelo Ministério Público, que tem o intuito de velar pela integridade dos interesses difusos e coletivos às atividades dessas instituições bem como execução, com fidelidade, o serviço de relevância pública que desempenham (Idem, p.58). Assim, as federações se confederações, passam a ser fiscalizadas por um órgão superior, mas mesmo assim mantendo sua autonomia.

Veronez (2005) trás uma observação relevante sobre as duas Leis Zico e Pelé:

“Se observarmos com atenção as duas leis que se propuseram a modernizar o esporte no Brasil, vamos perceber que 30 artigos são exatamente iguais ou com diferenças pouco significativas; 13 são semelhantes, mas sua transcrição é diferente; 12 são substancialmente diferentes; 18 receberam modificações pela Câmara Federal em relação ao projeto original. Acrescente-se a essa conta os 23 artigos referentes ao bingo, no caso da Lei 9.615/1998.” (p.305)

O mesmo autor ainda afirma que estas duas leis demonstram a predominância do interesse das elites esportivas, as quais pretendiam modernizar o esporte pela via da mercantilização e privatização.

Estas duas leis são as que mais influenciaram a relação de autonomia das entidades administrativas do desporto, por tal motivo nos aprofundamos especificamente até este momento histórico legislativo.

3. METODOLOGIA

Caracteriza-se como uma análise essencialmente sociológica, sendo o modelo histórico analítico, um acessório para esta pesquisa, que não pretendeu influenciar na realidade das federações esportivas, apenas compreendê-las.

3.1 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população da pesquisa são as Federações Esportivas do Estado do Paraná. Sendo assim a amostra do estudo é composta pela: Federação Paranaense de Triathlon e a Federação de Atletismo do Paraná.

3.2 INSTRUMENTOS PARA COLETA DE DADOS

Esta pesquisa caracteriza-se como pesquisa documental que de acordo com Gil (1995, p.73), “... vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Destes materiais, existem os documentos de primeira mão que não receberam qualquer tratamento analítico, (documentos oficiais, reportagens de jornais, por exemplo). Por outro lado existem os documentos de segunda mão, os quais já foram analisados (ex: relatórios de pesquisa,).

Para esta pesquisa foram solicitados arquivos e relatórios que fossem relacionados às respectivas Federações.

3.3 PROCEDIMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

Inicialmente foi realizado um levantamento teórico sobre uma abordagem de acordo com a teoria do Campo Esportivo de Bourdieu (1983) e a Legislação Esportiva Brasileira. Este foi indispensável, pois auxiliaria na compreensão dos dados coletados.

O segundo passo foi realizar o levantamento dos documentos pertinentes às próprias instituições, na sede das mesmas, a fim de entender seu funcionamento, assim como documentos pertinentes às suas relações com o poder público, dentro das próprias instituições. Na Federação de Atletismo do Paraná, os materiais fornecidos foram os digitalizados. Com relação à Federação Paranaense de Triathlon, por hoje encontrar-se desativada, os materiais utilizados foram site a ela relacionados e acervo histórico pessoal.

O terceiro passo foi a análise e discussão dos dados coletados relacionados às federações, em conjunto como o referencial teórico estudado.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 FEDERAÇÃO DE ATLETISMO DO PARANÁ (FAP)

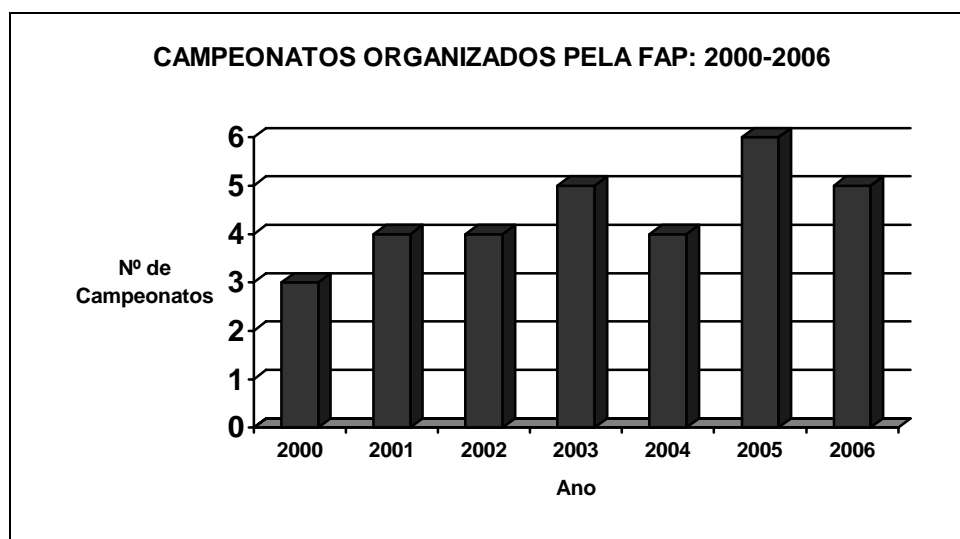
Quando realizado o contato a FAP, foi-nos apresentado um grande problema, em consequência de mudanças de sede, os materiais mais antigos, foram extraviados, infelizmente, perdendo-se muito da história desta instituição, que é muito antiga (desde 1932, denominada LAP - Liga Atlética Paranaense). O contato com o material facilitaria a compreensão de todo o processo histórico pelo qual o setor esportivo passou. Desde a década de 40, a tutela estatal firma-se no Esporte nacional, sendo este controle juridicamente quebrado no momento de constitucionalização esportiva (1988) e posteriormente a partir da promulgação da Lei Zico (1993) e Lei Pelé (1998), que designam, às entidades de administração esportivas, maior autonomia perante suas ações.

Com isso os materiais disponibilizados foram apenas dados, a partir do ano 2000 até o ano presente - 2006, pois foi a partir deste momento que os a FAP começou a digitalizar os resultados das competições por ela organizadas.

Os dados obtidos nesta federação foram insuficientes para suprir os questionamentos realizados neste trabalho, porém, pudemos relacionar alguns aspectos.

Nestes seis anos analisados, foram organizados pela FAP trinta e um campeonatos paranaenses, nas categorias Pré-Mirins, Mirins, Infantil, Juvenil, Adultos, Sub-23, entre outras. O gráfico abaixo facilitará a visualização disto durante os anos.

Gráfico 1: Número de campeonatos organizados nos anos 2000 à 2006.



A progressão fica visível, quando observamos que no ano 2000 foram organizadas três competições pela instituição, e neste ano, 2006, os campeonatos

paranaenses somam cinco. Consideramos apenas campeonatos, pois existem também os torneios que foram organizados, porém estes não representam a mesma relevância que os campeonatos paranaenses.

Através de um quadro descritivo podemos visualizar todos os campeonatos organizados:

Tabela 1: Competições realizadas pela FAP de 2000 a 2006

<i>ANO</i>	<i>COMPETICAO</i>
2000	- 45° Campeonato Paranaense Adulto Curitiba - 01 e 02/07/2000
	- 28° Campeonato Paranaense de Menores 29 e 30/07/2000
	- 34° Campeonato Paranaense de Juvenis Maringá – 12 e 13/08/2000
2001	- 29° Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo de Menores Maringá- 12 e 13/05/2001
	- 35° Campeonato Paranaense de Juvenis 24 e 25/08/2001
	- 3° Campeonato Paranaense Mirim e Pré Mirim 06 e 07/10/2001
2002	- 36° Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo de Juvenis Maringá - 11 e 12/05/2002
	- 47° Campeonato Paranaense Caixa Adulto Maringá - 17 e 18/08/2002
	- 30° Campeonato Paranaense Caixa Menores Maringá - 07 e 08/09/2002
	- 4° Campeonato Paranaense de Atletismo Mirim e Pré Mirim Maringá - 19 e 20/10/2002
2003 2003	- 37° Campeonato Paranaense Juvenil Maringá - 05 e 06/04/2003
	- 31° Campeonato Paranaense de Menores Maringá - 24 e 25/05/2003
	- 48° Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo Maringá - 06 e 07/09/2003
	- 5° Campeonato Paranaense de Mirins Londrina - 08 e 09/11/2003

	- 5º Campeonato Paranaense de Pré - Mirins Londrina - 08 e 09/11/2003	
2004	1º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo Sub-23. Curitiba - 17 e 18/04/2004	
	38º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo Juvenil Maringá - 29 e 30/05/2004	
	49º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo Maringá - 13 e 14/08/2004	
	32º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo de Menores Maringá - 21 e 22/08/2004	
2005	- 2º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo Sub-23 Curitiba - 19 e 20 /03/2005	
	- 33º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo de Menores Maringá - 28 e 29/05/2005	
	- 39º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo Juvenil Maringá - 06 e 07/08/2005	
	- 50º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo Curitiba - 15 e 16/10/2005	
	- 7º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo Mirim Campo Mourão - 26 e 27/11/2005	
	- 7º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo Pré-Mirim Campo Mourão - 26 e 27/11/2005	
2006	- 34º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo Menores Maringá - 05 e 06/08/2006	
2006	- 51º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo Campo Mourão - 12 e 13/08/2006	
	- 3º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo Sub-23. Maringá - 02 e 03/09/2006	
	- 8º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo Mirim Cascavel - 21 e 22/10/2006	

	- 8º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo Pré-Mirim Cascavel - 21 e 22/10/2006
--	--

A Tabela 1 nos permite compreender o aumento do número de competições realizadas pela FAP. Este pode ser melhor analisado pela relação de oferta e demanda explicada por Bourdieu. A relação de oferta e demanda, representa a principal responsável pelo desenvolvimento das práticas esportivas, através da lógica mercantil. A oferta neste momento seria as competições realizadas pela Federação. Já a procura, representa os atletas que à FAP estão Filiados e que participam das competições por ela organizadas, assim como as instituições que à ela estão vinculadas (filiadas). Neste ano 2006, são 803 atletas filiados, de grande parte do território paranaense e as instituições filiadas totalizam doze.

A mercantilização, no campo esportivo do atletismo é marcante, como visto no quadro de campeonatos organizados, a partir do ano 2001¹⁵, a Caixa começa a patrocinar a Confederação Brasileira de Atletismo, a qual repassa verba para todas as suas federações filiadas, sendo a Federação de Atletismo do Paraná também contemplada. A partir de então muitas das competições organizadas pela FAP começam a ter acoplado ao nome, a logo da Caixa, um exemplo é:

- 28º Campeonato Paranaense de Menores - 29 e 30/07/2000.

- 29º Campeonato Paranaense Caixa de Atletismo de Menores - 12 e 13/05/2001.

Sendo assim, os resultados da relação de oferta e demanda, seriam a espetacularização e a industrialização da modalidade. Prova disso é a crescente veiculação nacional televisiva da prática em programas esportivos, devido a vitórias brasileiras em competições internacionais da modalidade.

Agora com relação à autonomia, prevista por lei, desde a Constituição Brasileira de 1988, seguida pelas Leis Zico (1993) e Pelé (1998), de acordo com os documentos analisados, não é possível identificar se esta autonomia realmente existe ou apenas de direito, afinal os documentos que auxiliar-nos-iam, foram perdidos como dito anteriormente.

Enfim ao analisarmos a relação - Estado X Federação - alguns resultados podem ser discutidos.

¹⁵http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030605/pri_esp_050603_91.htm. Neste site é possível visualizar o investimento financeiro da Caixa, até o ano de 2003.

O site da Federação¹⁶ apresenta por finalidade da mesma: “... dirigir, difundir e incentivar, no Estado, o desporto do Atletismo. Representa o Atletismo do Estado do Paraná junto aos poderes públicos, em caráter geral; promovendo ou permitindo a realização de competições oficiais estaduais”.

Assim, a FAP ainda mantém a tutela estatal pelo poder público, sendo autônoma com relação ao seu funcionamento, e dependente administrativamente. Esta afirmação pode ser comprovada, pois, até o ano 2000, era mantida essencialmente por verba de seus filiados, mas era apoiada pelo poder público estadual, a Paraná Esportes. E a partir de 2001, a Caixa Econômica Federal começa a patrocinar o atletismo em âmbito nacional. Sendo assim parte considerável da verba utilizada para organizar os eventos pertinentes a FAP são financiados por esta instituição. No site da Caixa Econômica Federal esta origem ligada completamente ao governo federal é clara: “Criada em 1861, a CAIXA é o principal agente das políticas públicas do governo federal e, de uma forma ou de outra, está presente na vida de milhões de brasileiros. Isso porque a CAIXA – uma empresa 100% pública – atende não só os seus clientes bancários, mas todos os trabalhadores formais do Brasil, estes por meio do pagamento de FGTS, PIS e seguro-desemprego; beneficiários de programas sociais e apostadores das Loterias”.

Assim, é visível este âmbito público da empresa e a tutela que ela têm mantido no atletismo nacionalmente. Além desta empresa também existem as instituições filiadas a FAP que contribuem financeiramente o progresso da modalidade no Estado, como estão citadas a seguir¹⁷:

- 5º GACAP: 5º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado.
- Asempar: Associação dos Servidores Municipais de Paranaíba.
- Asservel: Associação dos Funcionários Públicos de Cascavel
- **Associação de Atletismo de Maringá**
- **Associação de Incentivo ao Esporte e Lazer de São José dos Pinhais**
- **Fundação de Esportes de Campo Mourão**
- **Prefeitura Municipal de Araucária**
- **Londrina Sercomtel / Caixa / Consórcio União de Atletismo**
- **Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu**
- TRATORNEW S/A Ponta Grossa.

¹⁶ <http://www.atletismofap.org.br>

¹⁷ Em negrito instituições relacionadas ao poder público.

- AATLEBEL Francisco Beltrão
- **Prefeitura Municipal de Colombo**

Destas doze entidades, sete estão relacionadas ao poder público: sendo três Prefeituras Municipais (Araucária, Foz do Iguaçu e Colombo), uma Fundação de Esporte de Campo Mourão, 2 Associações (Maringá e São José dos Pinhais) das quais a verba advém diretamente da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e uma empresa ligada diretamente ao poder público local (Sercontel Londrina). Sendo assim a tutela do poder público com relação a estas modalidades ainda é mantida nesta Federação.

4.2 FEDERAÇÃO PARANAENSE DE TRIATHLON (FPTri)

Para adquirir os dados relativos a esta entidade foram utilizados documentos relativos a federação, calendários de provas, e consulta a sites relacionados a esta. Os documentos analisados foram adquiridos por um acervo particular, afinal a Federação está inativa, desde o primeiro semestre de 2005, não sendo possível o contato com seu presidente.

Em virtude do Triathlon ser um esporte muito recente no Brasil – em 1983 - foi a primeira competição, no Rio de Janeiro, o surgimento de uma entidade administrativa nacional, foi apenas em 1991. De acordo com o site da Confederação Brasileira de Triathlon, CBTri: “... a entidade nacional representativa do esporte só foi surgir em 1991, com a fundação da Confederação Brasileira de Triathlon”. Sendo assim no Paraná a primeira competição foi em 1985, em Guaratuba, litoral paranaense. A partir de então, o esporte começa a crescer no Estado, uma entidade muito importante para a modalidade foi o Sesc Paraná que desde 1989 até o ano atual (2006) tem organizado o Sesc Triathlon Caiobá.

Esta Federação (FPTri) surgiu em 19 de dezembro de 1995, organizando competições durante todos os anos, não sendo possível expressar quantas exatamente por falta de documentos. Neste período eram realizados campeonatos paralelos de Triathlon, Triathlon Infante-Juvenil, Duathlon Terrestre, entre outras modalidades do Esporte.

Porém por problemas administrativos a Federação começou a desestruturar-se, diminuindo o número de competições organizadas, não divulgando resultados, e assim entrando em descrédito em meio aos triatletas filiados. Com o término do mandato do presidente que por 10 anos estava a frente da FPTri, ocorreram as eleições dia 30 de

Janeiro de 2005, a chapa “Triathlon Olímpico” foi eleita, porém presidente eleito não quis assumir a entidade, sendo assim o vice presidente assumiu o cargo.

Foram lançadas sete provas seguindo o calendário nacional de triathlon, porém apenas a primeira competição prevista foi realizada, dia 13 de março de 2005. Desde então a federação não organizou mais nenhuma competição.

Comprovando esta desestrutura da FPTri mostraremos um quadro de filiados a CBTri:

Tabela 2: Confederados de Triathlon representando o Paraná;

<i>ANO</i>	<i>PR</i>	<i>BR</i>
2003	325	1646
2004	317	2503
2005	175	1369
2006	23	1078

- ano correspondente, número de confederados do Estado do Paraná e número de confederados em todo o Brasil.

Na Tabela 2, é clara a decadência do número de triatletas paranaenses confederados. No ano de 2003 eram 325 triathletas paranaenses e atualmente apenas 23 confederados, de acordo com o site da CBTri. Se analisarmos apenas esses dados seria óbvio que o triathlon paranaense era uma modalidade não praticada mais no Estado, porém se compararmos com o dado que no Sesc Triathlon de 2006, no qual estiveram presentes 600 atletas, sedno destes 500 paranaenses comprovamos que público participante existe. Alguns triatletas paranaenses têm se filiado a Federação Catarinense de Triathlon, um exemplo disto é o Triatleta olímpico, Juraci Moreira Jr, que de acordo com o site da confederação nos anos de 2003 à 2005 está federado como atleta do Paraná e em 2006, aparece como atleta de Santa Catarina.

Por tais motivos, hoje, existe uma empresa de eventos esportivos organizando Triathlons, Duathlons (Aquáticos e Terrestres) e Travessias, das quais realiza 14 competições em média ao ano, sendo juntamente com o Sesc Caiobá, as únicas instituições, no Estado, que têm realizado estas competições com regularidade.

Este fato pode ser explicado pela relação de oferta e procura (BOURDIEU, 1983). Nesta relação a oferta seriam estes novos eventos, materiais de consumo relacionados

ao esporte, a imprensa escrita e televisiva que tem divulgado as competições, mesmo não tendo uma federação que organize a modalidade. A demanda seriam os triatletas paranaenses que têm praticado as competições, atendendo à oferta.

Outro fato importante seria a espetacularização da modalidade que cada vez mais tem sido veiculada nos meios de comunicação, tornando-se cada vez mais uma prática esportiva de consumo passiva, no qual é superior o número de espectadores, com relação aos praticantes, amadores ou profissionais.

Com relação aos outros questionamentos apresentados neste trabalho, a realcao Estado e FPTri, e sua autonomia, análises não serão possíveis, por falta de documentos e informações necessárias.

5. CONCLUSÃO

Atestamos a partir deste trabalho que principalmente a falta de conservação e cuidado com relação aos documentos relativos a entidade administrativa, tem causado uma perda considerável no acervo da instituição, o que seria de suma importância para compreender o processo histórico das modalidades que ocorria a seu tempo, paralelamente a fatos marcantes na história brasileira. O fato de não termos conseguido entrar em contato com responsáveis pela Federação Paranaense de Triathlon também foi um grande impeditivo na elaboração do estudo. Estes fatores impossibilitaram que nos aprofundássemos no assunto estudado, sendo assim não conseguimos coletar todos os dados planejados inicialmente.

Porém a partir dos dados coletados, algumas conclusões podem ser tiradas.

As duas federações apresentam realidades muito distintas, A Federação de Atletismo do Paraná se encontra bem estruturada, organizando suas competições pertinentes, já a Federação Paranaense de Triathlon está inativa, e os eventos que por ela estariam sendo organizados, estão sendo realizados por uma empresa privada, com fins lucrativos. Fato é que a demanda nos dois esportes tem crescido muito, com número expressivo de atletas que participam das modalidades, e a oferta tem acompanhado, com significativo número de competições organizadas por ano, pelas instituições.

Com relação a autonomia organizacional e administrativa das Federações e o poder público(federativo ou estadual) podemos concluir que na FAP, esta tutela ainda é presente no setor esportivo paranaense do atletismo, afinal a principal empresa que patrocina, os eventos esportivos, é a Caixa Econômica Federal, que em sua descrição apresenta-se como 100% pública, e das entidades filiadas, sete são relacionadas ao poder público, assim pelo menos financeiramente, a entidade se apresenta sobre a tutela estatal, dependendo de verba pública para organizar seus eventos. No Triathlon essa realcao nao é possível por escassez de dados e materiais.

Outra conclusão que podemos tirar é a espetacularização e mercantilização das modalidades analisadas. O triathlon tem sido veiculado em meios de comunicação impressos e televisionados, incentivando assim uma prática de consumo passivo, no qual o número de espectadores é relativamente maior, em se comparando ao número de atletas (amadores e profissionais), assim como tem se mercantilizado com o patrocínio de empresas privadas que tem dado nome a competições e financiado atletas (em geral profissionais), para que pratiquem a modalidade, levando o nome ou a logo da empresa por onde competirem.

Isto também tem acontecido com o atletismo, através do patrocínio da Caixa, os campeonatos tem em sua nomenclatura a logo da empresa, assim como os atletas profissionais patrocinados também contém a “marca” em seus uniformes de competição e agasalhos.

Assim as duas modalidades, inseridas cada uma em seu campo esportivo, seguem suas próprias lógicas de mercado, apresentando a relação de oferta e procura, e aos poucos sendo espetacularizadas e mercantilizadas.

Pretendemos nos aprofundar no estudo pois a partir disto muitos questionamentos e lacunas são nos apresentadas. Este estudo é apenas um início de pesquisas mais aprofundadas.

REFERÊNCIAS

- **BRASIL.** Decreto-Lei n. 3.199 de abril de 1941.
- **BRASIL.** Lei n.549 de 9 de janeiro de 1951. Cria a Divisão de Educação Física, subordinada ao Departamento de Ensino da Secretaria de Educação e Cultura.
- **PARANÁ.** Constituição do Estado 1967, art 135.
- **BRASIL,** lei n. 6.251, de 8 de outubro de 1975.
- **BRASIL.** Decreto-lei n. 80.228, de 25 de agosto de 1977.
- **BRASIL.** Constituição Federal art. 217, 1988.
- **BRASIL.** Lei n.8.672, de 6 de julho de 1993.
- **BRASIL.** Lei Federal n. 9.615, março de 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia.** Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **Programa para uma sociologia do esporte.** In: _____ **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. **Como ser esportivo?**In: _____. Questões de Sociologia, 1983.
- **Discurso de Getúlio Vargas** aos trabalhadores de São Paulo, em 27 de julho de 1938.
- CARAN, Eliana de Mello. **Administração pública e o desenvolvimento dos esportes no Brasil.** Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 10, n. 3, maio 1989. In: - VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. Campinas, 2005- 386 f. Dissertação (Doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas.
- CF. ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. **Deporte y ocio en el proceso de la civilización.** México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

- GEBARA, Ademir. **História do Esporte: Novas Abordagens**. In: PRONI, Marcelo Weishaupt & LUCENA, Ricardo. **Esporte, História e Sociedade**. Rio de Janeiro: Autores Associados. 2002
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- LAVALLE, Aínda Mansani. **Germania-Guaira: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa**. Ponta Grossa: Centro de Publicações, 1996.
- LINHALES, Meily Assbú. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1996. In: - VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. Campinas, 2005- 386 f. Dissertação (Doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas.
- LYRA FILHO, João. **Introdução ao Direito Desportivo**, Pongetti, Rio, 1952, p.119. In: MELO FILHO, Álvaro. **O DESPORTO na ordem jurídico-constitucional brasileira**. Ed. Malheiros: São Paulo, 1995.
- MARCHI Jr, Wanderley. **Sacando o Voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil(1970-2000)**. –Campinas, 2001,235f. Dissertação (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas.
- MARCHI Jr, Wanderley. **Bourdieu e a teoria do campo esportivo**. p. 107. In: Proni, R. e Lucena, M. **Esporte- Historia e Sociedade**. Campinas: autores associados, 2002.
- MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de esportes no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. In: - VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. Campinas, 2005- 386 f. Dissertação (Doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas.
- MELO FILHO, Álvaro. **O DESPORTO na ordem jurídico-constitucional brasileira**. Ed. Malheiros: São Paulo, 1995.

- MELO Filho, Álvaro. **Desporto e Constituinte**. In: PARENTE Filho, Marcos Santos. **Esporte, Educação Física e Constituição**. São Paulo: Ibrasa, 1989.

- MEZZADRI, Fernando Marinho. **A Estrutura Esportiva no estado do Paraná: da formação dos Clubes esportivos às atuais políticas governamentais**. Campinas: Unicamp, 2000.

- MICHILES, Carlos et al. **Cidadão constituinte: a saga das emendas populares**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. In: - VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. Campinas, 2005- 386 f. Dissertação (Doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas

- ORTIZ, Renato. **Pierre Bourdieu**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1994.

- PARENTE Filho, Marcos Santos. **Esporte, Educação Física e Constituição**. São Paulo: Ibrasa, 1989.

- PEREIRA, Humberto Martins. **Esporte faz pontos na Nova Carta**. Jornal da Constituinte, 14/08/88. In: PARENTE Filho, Marcos Santos. **Esporte, Educação Física e Constituição**. São Paulo: Ibrasa, 1989.

- PIMENTEL, Écliton dos Santos. **A legislação desportiva no Brasil**. In: XXV Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología-ALAS. 22 a 26 de Agosto de 1985. RS: Porto Alegre.

- PINTO, Ferreira. **Autonomia das entidades Desportivas**. Revista da Faculdade de Direito de Caruaru, ano XXIX, n. 20, Caruaru, 1992, p.470. In MELO FILHO, Álvaro. **O DESPORTO na ordem jurídico-constitucional brasileira**. Ed. Malheiros: São Paulo, 1995.

- SAIBRO, Ana Luiza Fieck. **A questão da autonomia das entidades desportivas e a obrigação jurídica do Estado em relação ao desporto**. Revista de Informação Legislativa. Brasília 38n. 153 jan/mar 2002.

- SCHMITT, Paulo Marcos. **Regime jurídico e princípios do direito desportivo**. 2004. 23 p. Mimeografado. Disponível em: < >. Acesso em: 15 jul. 2005. In: VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988. Campinas, 2005- 386 f. Dissertação (Doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas.

- SILVA, João Bosco. SCHMITT, Paulo Marcos. **Entenda o Projeto Pelé**. Londrina: Lido, 1997.

- VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988**. Campinas, 2005- 386 f. Dissertação (Doutorado). Faculdade de Educação Física, Universidade de Campinas.

- WACQUANT, L. **O legado sociológico de Pierre Bourdieu**: duas dimensões e uma nota pessoal. Revista Sociol. Polit. Curitiba, 19, p.95-110, nov. 2002, p.102. In: MEDEIROS, Cristina C. C. Bourdieu e o esporte: contribuição analítica de uma Sociologia Reflexiva. XXV Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología – ALAS. 22 a 26 de agosto de 2005, Porto Alegre /RS /Brasil. Anais – GT 25: Sociologia Del deporte y esparcimiento.

- <http://www.caixa.com.br/> - acesso 2/11/2006- 12:30 pm

- http://www2.correioweb.com.br/cw/EDICAO_20030605/pri_esp_050603_91.htm - acesso 19/11/2006 - 08:00 am

- <http://www.atletismofap.org.br> acesso 11/11/2006 – 02:40 pm

- <http://www.sescpr.com.br/eventos/triathlon/2005/historico.php> - acesso 8/11/2006 - 03:15 pm.

- <http://www.cbtri.org.br/> - acesso 8/11/2006 - 04:00.pm.

- <http://www.triativaeventos.com.br> –m acesso 8/11/2006 - 5:30pm.